

Capítulo 5

Os Princípios da Dogmática

A Tarefa de uma Introdução para Dogmática

Pertence propriamente à introdução à dogmática indagar sobre a realidade, a possibilidade e as fontes do conhecimento de Deus e estabelecer e expor as leis epistemológicas ou princípios que devem fundamentar toda investigação dogmática científica. Essa consulta, no entanto, não pode continuar ao longo de linhas racionalistas, apesar que isto é feito muitas vezes.

A introdução para dogmática parece ser facilmente exposta para a perigo de tornar-se uma crítica racionalista, cuja tarefa é estabelecer a priori a possibilidade e o direito de uma ciência dogmática. A introdução, ou prolegômenos, tenta então estabelecer a racionalidade do conhecimento de Deus e deixar claro perante a barra da razão, independentemente das Escrituras, que o conhecimento de Deus é possível, que existe de fato um princípio objetivo de conhecimento (*principium cognoscendi objectivum*) — revelação - bem como um princípio subjetivo (*principium cognoscendi subjectivum* - a fé cristã. A conclusão é que a fé é bastante racional e que, portanto, a dogmática tem o direito de reivindicar um lugar entre as ciências.

Mas esta não pode ser a atitude de um dogmático cristão, mesmo na introdução. Se devemos tentar nos aproximar assim da dogmática, o próprio fato de que ele faz essa tentativa de uma abordagem filosófica, sua abordagem significará a sua ruína como

dogmático; pois o que se começa 'racionalmente' não se pode concluir de acordo com o método da fé, nem uma abordagem filosófica pode levar alguém ao conhecimento de Deus e da revelação.

A introdução, portanto, não pretende ser uma defesa e justificativa (*raison d'être*) da dogmática antes da barra da razão. Ao contrário, bastante em harmonia com a própria dogmática, seu caráter e abordagem são, e devem ser, estritamente teológicos. Na introdução, o dogmático não é, e não pode ser sem pressupostos. Em vez disso, ele procede do princípio de que a Escritura é a revelação de Deus - de fato, que Deus é, que ele se revelou e que, portanto, ele é conhecível.

Certamente é tarefa da introdução evidenciar a possibilidade do conhecimento de Deus e, portanto, da dogmática. No entanto, ela faz isso não antes da barra da razão, mas antes da mente da fé. Mesmo na introdução, a revelação das Escrituras é nosso princípio objetivo de conhecimento. A abordagem, portanto, daquele que institui essa investigação sobre os princípios epistemológicos da dogmática é, e o restante, a abordagem da fé.

Isto é bastante impossível acreditando que o dogmático poderia definir à parte, de lado da sua fé e trabalhar a partir de outro princípio ao fazer esta indagação. Ele está enxertado em Cristo, por meio de quem recebeu uma nova vida e por quem sua mente é iluminada por uma nova luz. Ele vive na sabedoria de Cristo, e na esfera dessa sabedoria, ele realiza todos os seus trabalhos dogmáticos. Ele claramente discerne que fora dessa esfera, todo o

seu trabalho dentro do interesse do conhecimento de Deus deve cessar, porque fora da mente de Cristo é o natural, e a mente natural não compreende as coisas do Espírito (1 Cor. 2:14).

A Prioridade da Dogmática

O fato é, também, que a dogmática não espera por uma introdução, mas continua o seu trabalho na simples fé na realidade daqueles princípios que a introdução deveria demonstrar. Assim como nenhuma ciência espera até que o filósofo termine a sua investigação sobre a possibilidade do conhecimento e sobre os seus princípios epistemológicos básicos, mas precede tal investigação, também a Igreja, ao desenvolver o sistema de dogmática, não espera até que os princípios subjacentes do conhecimento de Deus sejam revelados e apresentados, mas trabalha constantemente na exposição sistemática da verdade revelada.

A dogmática, portanto, precede a introdução de um ponto de vista principal e, historicamente, foi desenvolvida muito antes de qualquer introdução à dogmática ter sido escrita. Tendo isto em mente, porém, a introdução à dogmática certamente preenche uma necessidade da mente e do coração humano e da mente e do coração crente. Essa mente humana deve sempre investigar não apenas a realidade, mas também a possibilidade do conhecimento de Deus – seu, como e por quê. Assim, na introdução é feita a pergunta e lhe é dada uma resposta: Como é possível o conhecimento de Deus?

Princípio 1: Deus Conhecendo Deus

Que Deus é o princípio essencial (*principium essendi*) de toda teologia isso tem sido corretamente enfatizado por todos os dogmáticos ao longo da história do dogma. O que significa a afirmação de que Deus é o princípio de seu próprio conhecimento? Como isso pode ser explicado? Em resposta a essas perguntas, oferecemos a seguinte explicação.

Deus é um Deus conhecedor. Ele não é um poder frio e abstrato, mas é o ser absoluto, perfeitamente autoconsciente e infinito, que é em si mesmo a implicação de todas as perfeições. Quando dizemos que ele é um Deus conhecedor, queremos dizer que ele é autossuficiente, mesmo em seu conhecimento. Ele não precisa de ninguém, de nenhum ser fora de si mesmo, para ser um Deus conhecedor. Ele não necessita de um objeto de conhecimento fora de sua própria plenitude infinita. Em si mesmo ele é o sujeito e objeto de todo conhecimento.

Ele é o sujeito perfeito e também o objeto infinitamente perfeito de seu próprio conhecimento. Quando dizemos que Deus é o princípio de todo o conhecimento de Deus, queremos dizer com isso que, no sentido mais profundo, ele é também o princípio de todo o conhecimento dele que se encontra na criatura. Se Deus fosse apenas o objeto do conhecimento em qualquer lugar ao longo da linha do conhecimento, ele não poderia ser conhecido: *“Todas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece o*

Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mateus 11:27).

As Escrituras ensinam que Deus é o Deus vivo. Isto significa que ele é o Deus da aliança, o que por sua vez implica que ele tem comunhão consigo mesmo. É na Trindade que deve ser encontrado o fundamento mais profundo, o princípio fundamental de toda teologia, porque a Trindade nos ensina que Deus é um Deus autoconsciente na mais alta perfeição e que ele é o sujeito, o predicado e a união deste autoconhecimento. Pois ele é um em ser, o ser, fora do qual não há outro ser além da existência (há apenas um EU SOU; todos os outros são existência), e ele é a implicação de todas as perfeições.

Este eterno subsiste em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. Isto significa que a primeira pessoa é Pai, gerador, sujeito, locutor, com todas as infinitas perfeições do ser divino. Na primeira pessoa, Deus é pessoalmente Pai, mas ele é Pai em relação a si mesmo como Deus. A segunda pessoa é o Filho, o predicado, a Palavra falada, a imagem infinita e expressão do Pai, sua expressão completa. Portanto, o Filho é, com todas as infinitas perfeições da Divindade, a Palavra de Deus ao Pai. Na primeira pessoa, Deus é o sujeito; na segunda pessoa, Deus é o predicado. Na terceira pessoa, o Espírito é o predicado, como a Palavra de Deus a respeito de Deus, retorna a Deus.

O Espírito procede do Pai para o Filho e do Filho para o Pai. Pois *“o Espírito esquadrinha todas as coisas, sim, as profundezas de Deus” (1Co 2:10)*. Assim, há em Deus um autoconhecimento infinito e perfeito – Deus é um Deus conhecedor.

Princípio 2: Deus, um Deus que fala

Disto segue-se que Deus é um Deus que fala. Ele fala de si mesmo e para si mesmo. Ele é o sujeito e o predicado de todo o seu discurso. Quando dizemos que Deus fala, devemos ter o cuidado de enfatizar que sua fala é eternamente perfeita e que não é limitada pelas imperfeições do tempo e mudanças, como é a fala do homem. De eternidade a eternidade, Deus expressa toda a plenitude de sua infinita mente e ouve a sua própria palavra. Isto é sem dúvida uma verdade que está fundamentada na concepção da Sabedoria divina no Antigo Testamento e a Palavra divina (*Logos*) no Novo Testamento. A palavra que Deus se dirige de eternidade a eternidade é o Filho, que está sempre “com Deus” e essencialmente é Deus (João 1:1).

Agora, agradou a Deus, de acordo com seu eterno beneplácito, falar de si mesmo fora de si mesmo, deixar sua palavra prosseguir fora de si mesmo (*ad extra*). Deve-se enfatizar que este não é um ato de necessidade, mas de soberania, de liberdade soberana, determinado por seu conselho soberano e eterno. Talvez seja perigoso tentar dizer mais sobre o motivo deste discurso de Deus fora de si mesmo. Certamente, as Escrituras nos ensinam que este discurso é motivado pela vontade suprema de Deus de glorificar a si mesmo. No entanto, a questão permanece: Por que Deus desejaria que sua fala saísse de si mesmo (*ad extra*), visto que sua fala dentro de si (*ad intra*) é eternamente perfeita?

Outra pergunta frequente surge aqui: Será que o discurso de Deus fora de si mesmo acrescenta alguma coisa à sua própria glória? Pode alguma coisa ser acrescentada àquela autoglorificação perfeita que ele tem através da Palavra e do Espírito? Aqui estamos diante do mistério último da relação entre o mundo e Deus.

Seja suficiente dizer que todas as obras de Deus fora dele são motivadas pelas suas obras dentro dele. A Palavra que ele fala dentro de si e para si mesmo, a Palavra eterna (Logos), é ao mesmo tempo o protótipo e o motivo da palavra que ele fala fora de si. Contemplando a plenitude de sua própria bondade à imagem de seu Filho e expressando e recebendo a plenitude de sua glória através da Palavra eterna (Logos), Deus deseja e determina deixar a Palavra criada também sair criativamente. Esta é a ideia do princípio objetivo do conhecimento (*principium cognoscendi objectivum*), ou fonte objetiva do conhecimento de Deus. Devemos lembrar que também nesta palavra de Deus fora de si, ele não fala primeiro a nós, mas fala de si mesmo e para si mesmo. Ele permanece sujeito e predicado também desse conhecimento.

Isto é verdade no discurso de Deus na criação. As Escrituras ensinam que todas as coisas são feitas por meio do Verbo e que sem o Verbo (Logos) “*nada do que foi feito se fez*” (João 1:3), de modo que podemos dizer que o universo é o Verbo criado (Logos). Esta Palavra não é como uma caligrafia morta, mas é a Palavra viva de Deus que Deus continua a falar a respeito de si mesmo.

Foi porque Deus falou no princípio que o mundo recebeu a sua existência original. É porque Deus fala que o mundo continua a existir, pois ele sustenta todas as coisas pela Palavra do seu poder (Hebreus 1:3). Portanto, o universo é um discurso de Deus, variado e diferenciado em muitas palavras, mas concentrado em um tema: o próprio Deus vivo. Em toda a sua variação rica e interminável, o mundo constitui a única Palavra de Deus criada. Portanto, os *“céus declaram a glória de Deus; e o firmamento mostra a obra das suas mãos”* (Sl. 19:1) para si mesmo, antes de tudo. Deus cria a luz e ele a contempla. A luz que procede dele retorna para ele, e assim toda a Palavra que ele fala, e na qual ele expressa suas próprias perfeições, sempre retorna em toda a sua plenitude ao próprio sujeito.

Princípio 3: Deus, um Deus que Revela a Si mesmo

No entanto, se nada mais pudesse ser dito, não haveria revelação de Deus, porque a revelação implica este Deus que fala não só para ele mesmo, mas também para outro fora dele. Dentro destas palavras, existe um ser que pode receber e compreender o discurso de Deus sobre si mesmo e para si mesmo, isso é implícito na revelação. Uma vez que tal ser não existe por si mesmo, a revelação implica que Deus cria um tal ser que é capaz de se tornar o sujeito do seu conhecimento de Deus.

Este ser foi criado por Deus quando formou o homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o sopro da vida, tornando-o assim uma alma vivente, que Deus dotou com a sua própria imagem. No homem, a luz do Verbo (Logos) brilhou clara e intensamente. O

homem foi dotado, em primeiro lugar, da chamada luz natural. A sua sensação quántupla colocou-o em contato com a fala de Deus nas coisas que foram feitas, tornando-se assim nas coisas que foram feitas, de modo que ele se tornou um receptor desse discurso. Pelo seu poder de percepção, ele foi capaz de interpretar a percepção e, portanto, o discurso de Deus em relação a ela. Através do seu intelecto, foi capaz de compreender a obra de Deus como um todo e chegar ao conhecimento do Deus único. Este poder manifestou-se no ato de Adão dar nomes aos animais.

À luz do relato bíblico da criação do homem e da sua relação com todas as coisas e com Deus, a filosofia do idealismo deve ser enfaticamente condenada. O sujeito não cria o objeto, nem pode haver qualquer dúvida quanto à correspondência e relação adequadas entre sujeito e objeto. Mas através do Espírito, a Palavra (Logos) no homem recebeu o verdadeiro conhecimento e manteve uma relação adequada com a Palavra (Logos) na criação.

Segundo, este homem foi dotado de verdadeira luz espiritual, pois a imagem de Deus consistia no verdadeiro conhecimento – o conhecimento do amor, da justiça e da santidade (Efésios 4:24; Cl 3:10). O conhecimento do homem não era uma mera teologia teórica. Ele sabia com todo o seu ser, e do mais íntimo do seu coração respondeu com amor ao discurso de Deus a respeito de si mesmo. O conhecimento do homem era o conhecimento da vida.

Terceiro, a esta criatura, que era tão dotada com a luz dos seus sentidos e da sua percepção, e com a luz espiritual da imagem de Deus funcionando adequadamente, Deus deu o dom

maravilhoso da fala inteligente. Portanto, o homem foi capaz de expressar o que captou em sua alma da fala de Deus e de declarar a glória do nome de Deus. Essa luz no homem, que foi feito à imagem de Deus, foi o princípio subjetivo original do conhecimento (*principium cognoscendi subjectivum*).

Princípio 4: Deus, um Deus que se revela em um mundo caído

Contudo, através do pecado, uma mudança importante foi causada no que diz respeito aos princípios subjetivos e objetivos do conhecimento. Quanto à fala de Deus através das coisas que foram criadas, não se deve dizer que foi silenciada. Muitas vezes fica a impressão de que, por causa do pecado, quase nenhum ou nenhum som dessa fala é mais ouvido na criação. Mas a luz continua a brilhar mesmo nas trevas, mesmo que as trevas não a compreendam (João 1:5). E as coisas invisíveis de Deus desde a criação do mundo são claramente vistas, sendo compreendidas através das coisas que são feitas, mais particularmente, seu eterno poder e divindade (Rm 1:20).

Deus ainda fala de si mesmo como aquele que deve ser temido e glorificado. Mas há outra fala de Deus por meio das coisas criadas, uma fala que não foi ouvida antes do pecado vir, mas que deve ser ouvida pela criatura, pela mesma razão que depois que o pecado entrou no mundo, Deus sempre fala de si mesmo por meio de seu discurso de sua ira santíssima. A morte foi pronunciada como sentença contra o pecador, e a morte foi executada. Além disso, a terra foi amaldiçoada e toda a criação foi sujeita à vaidade

e está na escravidão da corrupção (Romanos 8:20-21). A ira de Deus é revelada do céu (Romanos 1:18).

Em outras palavras, Deus ainda fala. Falando de si mesmo através de um mundo caído, ele fala de justiça e santidade, de ira e morte. Também não há saída: no que diz respeito à fala de Deus através das coisas criadas, a porta está fechada; não há amor nem misericórdia. Deus é o terror da criatura que ouve sua fala.

Também o assunto do conhecimento de Deus foi mudado pelo pecado, pois toda a luz que havia no homem tornou-se trevas.¹⁵ Isso não significa que o homem se tornou irracional. Ele reteve alguns vestígios de luz natural; à luz destes restos, ele percebe – e até certo ponto compreende – as coisas que são feitas e é capaz de viver a sua existência terrena.¹⁶ Na verdade, pela mesma luz ele também recebe a palavra de Deus por meio das coisas criadas (vv. 19-20).

Mas esta luz, tal como é no estado atual do homem, nada mais é do que um brilho muito fraco em comparação com a luz original da clara intuição de Adão, por meio da qual ele foi capaz de perceber e compreender a Palavra de Deus na criação, como se tornou evidente em sua nomeação dos animais. Esta luz é suficiente para deixar o homem sem desculpa, porque ele percebe claramente que Deus é quem deve ser agradecido e glorificado; mas certamente não pode servir como princípio adequado para qualquer tipo de teologia natural. Uma teologia que ignora a revelação que agora veio através de Cristo Jesus nunca poderá ser

¹⁵ Belgic Confession 14, in CC, 3:398–99.

¹⁶ Canons of Dordt 3–4.4, in CC, 3:588.

mais do que uma mera filosofia do homem, sempre criando o seu próprio deus e adorando um ídolo.

Princípio 5: Deus, um Deus que revela Ele mesmo através de Cristo

Ainda outra mudança foi introduzida através do pecado, afetando tanto os princípios objetivos como subjetivos do conhecimento. Esta é a revelação de Deus em Cristo Jesus. Em Cristo, o Filho encarnado de Deus, é ele mesmo a revelação do Pai, não apenas em sua pessoa, mas também em toda a sua obra, quando morreu na cruz, ressuscitou no terceiro dia e foi exaltado à direita de Deus - nele o Altíssimo revela-se no meio das trevas do pecado e da morte como o Deus da salvação, que não apenas chama as coisas que não são como se fossem, mas também vivifica os mortos (Romanos 4:17), como o Deus que chama a luz das trevas, a justiça do pecado, a vida da morte.

No meio do discurso de condenação e maldição de Deus a respeito de si mesmo, um novo discurso foi ouvido, o discurso do evangelho de Deus a respeito de seu Filho. Foi ouvido desde o início: pois mesmo no paraíso o santo evangelho de Deus foi proclamado, e seu discurso foi ouvido ao longo dos tempos da história por patriarcas e profetas, tanto em revelação direta como em visões e sonhos. Foi ouvido através do discurso da lei do Antigo Testamento, pois ele falou através de todas as sombras da antiga dispensação. Foi finalmente realizado, falado aos homens diretamente no Filho encarnado, crucificado, ressuscitado e exaltado. Foi ouvido na nova dispensação pelos apóstolos e

evangelistas. O conteúdo deste novo discurso de Deus que a igreja possui agora no registro inspirado das Sagradas Escrituras.

Expor o significado deste discurso de forma sistemática é tarefa da dogmática. Portanto, é lógico que para o dogmático as Escrituras sejam o princípio objetivo do conhecimento. Deve ser enfatizado que somente elas, e nada mais, são a fonte de seu conhecimento dogmático. Este princípio não consiste em dois elementos, uma revelação geral e uma revelação especial. É realmente verdade que *“Um dia faz declaração a outro dia, e uma noite mostra sabedoria a outra noite.”* (Salmo 19:2); mas mesmo este discurso de Deus na criação e na história não pode ser entendido adequadamente, exceto quando é ouvido e compreendido em conexão com o que é interpretado pelo discurso de Deus em Jesus Cristo, nosso Senhor.

Mesmo assim, nem tudo está dito a respeito desta nova obra e discurso de Deus a respeito de si mesmo, pois o homem natural nunca poderá ouvir o discurso. Ele não tem olhos para ver e nem ouvidos para ouvir, e não pode compreender ou discernir as coisas do Espírito (1 Coríntios 2:14). Poderíamos dizer que o tema de 1 Coríntios 2 é que esta nova fala de Deus só pode ser recebida pelo homem espiritual e que, portanto, o verdadeiro princípio subjetivo do conhecimento é o Espírito de Deus em Cristo.

O apóstolo começa dizendo que era impossível para ele vir aos coríntios com excelência de fala ou de sabedoria humana, com qualquer demonstração de aprendizado ou filosofia humana, ao proclamar o testemunho de Deus; para este testemunho, este novo discurso de Deus dizia respeito a Cristo e este crucificado, e este

assunto não permitia a forma de discurso ou sabedoria humana. Portanto, o discurso e a pregação do apóstolo não consistiram em palavras persuasivas de raciocínio ou filosofia humana, mas simplesmente numa demonstração de espírito e poder (vv. 1-5).

Isto não significa, porém, que ele e os outros apóstolos não falassem com sabedoria. Eles fizeram isso, mas não foi a sabedoria deste mundo ou dos governantes deste mundo (vv. 6, 8). Era uma sabedoria que pertence à esfera do mistério e, portanto, só pode ser falada nessa esfera (v. 7). O orador deve mover-se nessa esfera de mistério para poder reproduzir este novo discurso de Deus, porque este discurso diz respeito à glória que Deus determinou antes dos tempos ao conceder ao seu povo. Portanto, é um discurso oculto no que diz respeito a este cosmos atual.

Que a sabedoria não é deste mundo é evidente, pelo fato de que o chefe deste mundo crucificou o Senhor daquela glória (v. 8). Além disso, isso está em harmonia com o que está escrito em Isaías 64:4: *“Porque desde a antiguidade não se ouviu, nem com ouvidos se percebeu, nem com os olhos se viu um Deus além de ti que trabalha para aquele que nele espera.”* A sabedoria que os apóstolos falam, portanto, não deve ser descoberta pela filosofia empírica ou especulativa (1Co 2:8-9).

Contudo, Deus revelou esta sabedoria oculta aos apóstolos através do seu Espírito (v. 10). Este Espírito é o princípio de todo conhecimento de Deus dentro da adorável Trindade. O Espírito sonda todas as coisas, até mesmo as profundezas de Deus. Assim como somente o espírito do homem sabe o que há no homem,

somente o Espírito de Deus sabe o que há em Deus (v. 11). Este Espírito, não o espírito do mundo (cosmos), os apóstolos receberam; isto é, ele habita neles, ele os ilumina e opera sobre eles de tal maneira que eles também se tornam sujeitos do conhecimento da nova fala de Deus. Os apóstolos escreveram o que eles receberam do Espírito para que pudessem conhecer as coisas concedidas à igreja pela graça (v.12). Nos apóstolos, o Espírito é o verdadeiro princípio subjetivo do conhecimento de Deus. Daí resulta, continua o apóstolo, que eles não podem falar como os filósofos, enquanto tentam encontrar uma solução para os problemas do mundo, seja através do que veem e ouvem, seja através da imaginação e das considerações do seu próprio coração. Os filósofos falam com palavras persuasivas (v. 4). Os apóstolos devem falar com palavras ensinadas pelo Espírito (v. 13). Da mesma forma, porque este Espírito de Deus em Cristo é o princípio subjetivo desta sabedoria divina, o homem natural não pode recebê-lo (v. 14). Para ele as coisas espirituais são loucura.

Somente o homem espiritual pode distinguir, discernir e julgar as coisas espirituais, pois ele tem o Espírito de Deus, através do qual ele é colocado em contato com o mistério oculto de Deus, a nova fala. Embora o homem espiritual possa discernir todas essas coisas e fale ou testemunhe delas, ele mesmo é um mistério para o homem natural e não é discernido por ninguém. A conclusão é que só quem tem a mente de Cristo pode conhecer a mente do Senhor e que somente aquele que tem o Espírito de Cristo pode conhecer a sua mente (vv. 10-16).

Segue-se, portanto, que também o princípio subjetivo do conhecimento é alterado. Cristo recebeu o Espírito e se tornou o

Espírito vivificador. Através desse Espírito ele habita na igreja e constantemente comunica a si mesmo e todos os seus benefícios de luz e vida, de sabedoria e conhecimento, a todos os seus. É nesse Espírito que ele testemunha, através da palavra do evangelho, o novo discurso do Deus da nossa salvação a respeito de si mesmo. Centralmente, então, o próprio Espírito de Cristo é o princípio subjetivo do conhecimento; na medida em que a igreja se torna colaboradora de Cristo através da fé, no Espírito, essa fé é o princípio pelo qual a igreja ouve e reproduz a fala de Deus.